

***Women's Activisms in Africa. Struggles for Rights and Representation*, editado por Balghis Badri e Aili Tripp, Londres: Edição Zed Books, 2017, 250 pp.**

Sara Vidal

Mestre Estudos Africanos, ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal

A obra *Ativismo de Mulheres em África (Women's Activism in Africa)* explora a mobilização de mulheres no continente africano. Trata-se de uma edição conjunta entre Balghis Badri – professora de Antropologia Social e diretora do Instituto Regional de Género, Diversidade, Paz e Direitos na Universidade de Ahfad, no Sudão, e de Aili Mari Tripp – professora de Ciência Política e estudos de género e das mulheres, autora de diversas obras sobre os movimentos de mulheres em África.

A obra divide-se em 10 capítulos, nos quais 11 mulheres investigadoras e ativistas contextualizam e analisam o movimento de mulheres desde as regiões do Norte de África à África Subsariana. Constitui uma importante exposição do ativismo das mulheres africanas, tendo em consideração o seu papel desde as lutas anticoloniais ao período pós-independência até à atualidade. Inclui a análise das várias formas de ação coletiva à volta de questões dos direitos das mulheres (como o direito à terra, à herança, à representação feminina política).

No capítulo 1, Badri e Tripp conduzem-nos por uma contextualização acerca das «Influências africanas nos direitos das mulheres globais». Aqui, é destacada a Conferência da Mulher em Beijing (1995), devido à sua influência na agenda política da maioria dos governos africanos. A ênfase é clara – os ‘direitos humanos das mulheres são também direitos humanos’. Daqui todo o discurso universal neutro masculino e a subalternização histórica das mulheres do Sul começa a ser contestado.

As autoras realçam que a violência contra as mulheres tem sido um dos alvos das demandas dos movimentos de mulheres em África. Contudo, o objetivo nunca foi mostrar as mulheres como meras vítimas, apesar dos *media* hegemónicos internacionais, frequentemente, representarem as mulheres africanas como meras vítimas de HIV/AIDS, Ébola, tráfico, fome, violência e guerra. De facto, o ativismo das mulheres em África não tem sido adequadamente reconhecido. É raro ouvir-se falar pelos meios de comunicação hegemónicos acerca de mulheres africanas que

têm desafiado as estruturas dominantes patriarcais onde estão subjacentes a marginalização social e cultural. Destacam, por isso, diversos movimentos que ganharam visibilidade – é o caso do Movimento do Cinturão Verde, fundado por Wangani Maathai, que se tornou uma força de mudança política no Quênia em 1990; o movimento de paz da Libéria, que reuniu centenas de mulheres contra o fim da guerra de civil em 2003. Em Marrocos, na Tunísia e no Egito, as mulheres estiveram também na vanguarda dos movimentos sociais para a reforma social de 2011.

No capítulo 2, Nana Pratt analisa «A evolução do movimento de mulheres na Serra Leoa». Elabora, particularmente, o ativismo de mulheres durante e após a guerra civil (1991-2002) e o seu alcance coletivo no restabelecimento e construção da paz e nos processos da democratização. Mais uma vez, temos um caso em que «as mulheres começaram a falar abertamente» (p. 39), em consequência do colapso da economia e do governo. Em demanda pelo fim da guerra e por novas eleições democráticas, simultaneamente, consciencializavam a sociedade sobre a violência contra as mulheres e crianças. O Fórum de Mulheres foi criado em 1994, resultando numa plataforma de diversas organizações e grupos de mulheres da Serra Leoa e de vários países africanos. Pratt aponta que o fórum tem sido uma «força na advocacia feminina em todas as questões relacionadas com preocupações, necessidades e interesses de mulheres» (p. 39).

No capítulo 3 são exploradas formas de ação coletiva relacionadas com a economia informal. Akua Britwum e Angela Akorsu analisam as «Associações de mercados de mulheres no Gana». As autoras contextualizam o seu surgimento na sua raiz histórica. As mulheres recorreram a associações comerciais-comunitárias «que incorporam sistemas de apoio e de regulação» (p. 49), devido à exclusão da economia formal e da falta de sistemas de proteção social, de forma a orientar as suas atividades económicas nos mercados urbanos. Atualmente, no Gana, as mulheres perfazem um total de 91% da economia informal enquanto que a percentagem no caso dos homens é de 81%.

De acordo com as autoras, a economia informal tem importantes implicações no que diz respeito à promoção dos direitos de trabalho das mulheres e segurança.

Lilia Labidi, por sua vez, no capítulo 4, remete-nos para uma análise antropológica e histórica sobre «Literatura de denúncia das mulheres tunisianas». Ela mostra o modo como este estilo de literatura serviu para mulheres darem testemunhos pessoais e coletivos das várias formas de opressão que experimentavam – o patriarcado, o colonialismo/imperialismo e a ditadura. Após e com a Primavera Árabe, «uma nova literatura online tornou-se acessível para um público mais amplo» (p. 63). O *zajaj*; forma poética que usa expressões informais árabes para expressar não só uma visão do «eu» e do mundo, mas também para demonstrar a situação política e cultural na Tunísia.

No capítulo 5 é analisado o «Movimento feminista em Marrocos». Fatima Sadiqi descreve os 70 anos do movimento feminista em Marrocos, que é caracterizado «pela mudança e continuidade, resiliência e capacidade de adaptação aos para-

doxos da tradição e da modernidade, bem como da vida urbana e rural» (p. 98). A autora frisa que o movimento nasceu no calor da luta anticolonial contra a colonização francesa (1912-56), sofreu sob a construção do Estado e ganhou maturidade com a globalização e a política islã, emergindo em 2011 com a Primavera Árabe como central na «elaboração de políticas» (p. 98). Os maiores desafios que encontram são as políticas tumultuosas, a crise económica e a falta persistente de oportunidades femininas e a pobreza.

No capítulo 6, «Direitos das mulheres e movimento de mulheres no Sudão (1952-2014)», Nagar e Tønnessen analisam criticamente a história do movimento de mulheres sudanesas. Refletem que, «desde a independência, o movimento de mulheres foi fragmentado em diferentes grupos» (p. 121), devido a ruturas geracionais, à centralização urbana, diferenças de classes e divisão islã-secular.

Todavia, as autoras demonstram que na última década várias ONG de mulheres têm lutado pela reforma de leis discriminatórias contra as mulheres. É evidente, na agenda política das organizações de mulheres, o uso de discursos feministas que desafiam as leis islâmicas sudanesas.

Acerca do «Movimento de mulheres na Tanzânia», no capítulo 7, Aili Tripp ressalta o facto da sociedade tanzaniana ser culturalmente pluralista. Desde o movimento de independência, mulheres muçulmanas e cristãs têm trabalhado conjuntamente, demonstrando um papel importante na sensibilização da discriminação e violência contra as mulheres. Todavia, a autora sublinha que o movimento de mulheres na Tanzânia tem enfrentado diversos desafios. No pós-independência houve uma tendência política de unir as mulheres em prol dos interesses nacionalistas e políticos do partido no poder. No entanto, com o processo de democratização e aumento das liberdades civis, sentiu-se a necessidade de se criarem organizações autónomas, apartidárias e feministas. Estas tinham assim o objetivo de pressionar e influenciar o governo tanzaniano para mudanças legislativas e constitucionais.

De forma geral, os movimentos de mulheres revelam as lutas e as resistências face a um estado patriarcal e às práticas culturais e sociais sexistas. Este é também o caso do «Movimento de mulheres no Quénia», descrito por Regina Mwatha no capítulo 8. A sua base é formada em comunidades tradicionais, onde as mulheres se ajudam mutuamente nos mais diversos sectores, nomeadamente económico, social, cultural e político.

No capítulo 9, «Mulheres se organizando pela libertação na África do Sul», é demonstrado como o fim do apartheid e a ascensão do governo democrático simbolizaram o confronto com o Estado e, em simultâneo, o engajamento de organizações de mulheres no processo de criação de uma nova constituição, para que a igualdade de género se integrasse nas políticas. A autora descreve como estão atualmente a emergir novos tipos de alianças sociais na África do Sul (p.e. o movimento estudantil; em 2015 houve uma revolta e mobilização de estudantes pela descolonização do currículo académico e pelo fim da dominação ocidental na Academia).

Badri contribui no capítulo 10 com a análise «Mulheres africanas ativistas: contribuições e desafios em frente». Segundo a mesma, as ativistas e, principalmente, as que se autodeclararam como feministas enfrentam desafios multifacetados: 1) o patriarcado subjacente em todas as estruturas e instituições; 2) as divisões ideológicas e políticas no ato de criar alianças; 3) as preocupações socioeconómicas e pobreza permanente; (4) os constrangimentos políticos, o fundamentalismo e a falta de liberdades civis; e 5) a capacidade das organizações de mulheres de efetuar mudanças efetivas.

Na verdade, como afirma a autora, o patriarcado não é único no continente africano – é parte de um sintoma global. Contudo, é preciso ter em consideração as suas especificidades contextuais. Torna-se necessário refletir que as relações de poder continuam severamente não-desconstruídas e que o privilégio masculino continua a ser beneficiado. No entanto, a autora conclui positivamente que o futuro das mulheres africanas ativistas será mais brilhante devido ao uso das redes sociais, principalmente com o movimento de jovens feministas.

Por fim, e claramente, esta obra desafia a ideia de que as ativistas africanas foram simplesmente influenciadas por agendas externas ocidentais e inclusive pelo feminismo ocidental branco. Ao longo de cada caso de estudo, entende-se como as mulheres se organizaram e forjaram criativamente e de maneira ativa os seus movimentos através das suas próprias preocupações, conceptualizações e agendas políticas.

***Barbarismos queer y otras esdrújulas*, editado por R. Lucas Platero, María Rosón y Esther Ortega. Barcelona: Editorial Bellaterra, 2017, 431 pp.**

María Teresa Márquez

Observatorio contra la violencia de género, Ayuntamiento de Sevilla, España.

Barbarismos queer y otras esdrújulas, es un libro editado por Lucas Platero, María Rosón y Esther Ortega, en el que han colaborado distintas autoras y autores, hasta un total de cincuenta y cinco. Especialistas, procedentes de distintas áreas del conocimiento, tienen en común una sensibilidad especial por la diversidad, sea ésta sexual, de género, corporal o racial, entre otras. Una sensibilidad que viene dada por su propia experiencia vital, que les ha llevado al activismo y que impregna su labor profesional.

La obra se estructura a modo de diccionario enciclopédico, abordando en orden alfabético cincuenta y tres términos, que han ido incorporándose al lenguaje desde otras culturas e idiomas. De ahí el nombre de barbarismos, el cual alude

Women's Activism in Africa: Struggles for Rights and Representation, edited by Balghis Badri and Aili Mari Tripp, London, Zed Books, 2017, ISBN 9781783609093 (cloth), \$95.00, ISBN 978-1-78360-908-6 (paperback), \$29.95, vi + 250 pp. Bibliography. Index. Struggles for Rights and Representation: editado por Balghis Badri e Aili Mari Tripp, London, Zed Books, 2017, ISBN 9781783609093 (cloth), \$95.00, ISBN 978-1-78360-908-6 (paperback), \$29.95, vi + 250 pp. Bibliography. Index. To research women's experiences of apartheid South Africa, I am using five play texts as case studies. political, economic and social representations and challenging patriarchal history (Andermahr & Pellicer-Ortin, 2013). The herstory of African women is one of sexualised forms of political violence, which was used by the apartheid government to control women. In South Africa, many black women had a dual interest – the struggle for national liberation and the emancipation of women (Walker, 1982, p. xvi). The struggle for emancipation was intricately intertwined with the struggle for liberation and, in part, due to the patriarchal nature of political organisations, the struggle for liberation took precedence over that of women's emancipation (Ginwala cited in Walker, 1982). Women's rights in Africa – UN and African Union launch report ahead of International Women's Day. GENEVA/ADDIS ABABA (7 March 2017) – The UN Human Rights Office today launched, together with the African Union and UN Women, a report into women's rights in Africa. It is the first in a planned series about women's human rights on the continent that will address various thematic issues. There have been great strides in realising women's rights in Africa - for example, female participation in African legislatures surpasses that of many developed countries. There are now provisions on sexual and gender-based violence, economic, social and cultural rights and non-discrimination in constitutions and policies across the continent.